

ATA 11

Ata 11/2012 – Ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e doze, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Central dos Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, mil cento e trinta e quatro, Centro, Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para Reunião Ordinária, contando com a presença dos seguintes conselheiros: Raquel Cassol da Silva, Ruth Lemes Palma, Sandra Cordeiro Muniz, Lisiane Kieling, Lenir Zimmermann, Magda Ritter, Diomedes Cupertini, Heber Sander Zulian, Loiva Fátima Bortolanza, Osana de Almeida de Amorin, Rosiany Favareto, Clarice Ana Rudieger, Antônio Marcos Chagas de Moraes, Renate Neumann Schewe Cardoso, Rosana Aparecida Pinho Franco dos Santos, Maria Inês Borges Mânica, Nelson Kissler, Rejane Linck Neumann, e os participantes: Nélvio José Hubner e Fernanda Pape. A presidente do CMAS, Maria de Lurdes de Oliveira Silveira, inicia a reunião saudando os presentes e apresenta a pauta da reunião: a) Apreciação e aprovação das Atas 06, 07, 08, 09 e 10/2012; b) Informes da Secretaria Executiva – correspondências recebidas e expedidas; c) Relato das Comissões (Técnica, Fiscalização, Orçamento); d) Recomposição de membros nas Comissões: Técnica e Fiscalização; e) Apresentação do Relatório dos Benefícios Eventuais; f) Apresentação trimestral do Relatório da Execução dos Serviços do PETI; g) Informes Gerais. A conselheira Solange Fidelis informa que não foi possível finalizar o Relatório dos Benefícios Eventuais, solicita ainda que o item E da pauta seja suprimido e substituído pela apresentação do Relatório de Monitoramento e Avaliação. A presidente Maria de Lurdes coloca para aprovação a pauta da reunião, com a modificação, sendo aprovada por unanimidade. No item A, Apreciação e aprovação das Atas 06, 07, 08, 09 e 10/2012, Ata 06 aprovada por unanimidade; Ata 07 aprovada por unanimidade, havendo a sugestão de anexar o Plano Municipal de Assistência Social 2012/2013 à mesma; Ata 08 aprovada por unanimidade; Ata 09 aprovada por unanimidade; e na Ata 10, a conselheira Solange Fidelis apresenta sugestão de alteração com detalhamento em algumas questões sobre o Plano de Ação 2012 e o Demonstrativo Sintético 2011 para maior compreensão das informações, após apreciação do Conselho foi aprovada por todos os presentes. No item B, Informes da Secretaria Executiva – correspondências recebidas e expedidas, a secretária executiva Tania Midding informa as correspondências recebidas: Ofício Circular nº 003/CEAS/PR, que orienta quanto a Resolução 010/2012 da CIT para realizar cadastro das entidades inscritas no CMAS no site do MDS; Ofício Circular nº 004/CEAS/PR visando divulgar o trabalho dos Conselhos Comunitários de Segurança; Ofício Circular nº 005/CEAS/PR, reforçando a importância da participação dos conselheiros municipais de assistência social no curso sobre Controle Social ofertado pela SEDS; e-mail da conselheira Tania I. Lagemann, justificando sua ausência e de sua suplente nesta reunião; e-mail da conselheira Giani Verdi, justificando ausência na reunião da Comissão de Orçamento e na reunião ordinária do CMAS; e-mail da conselheira Lucélia G. Mattiello, justificando ausência na reunião da Comissão de Orçamento e na reunião ordinária do CMAS; e Ofício nº 013/2012 da Secretaria de Agropecuária e Abastecimento indicando a Sra. Karine Zachow como nova representante titular no CMAS. Nas correspondências expedidas: Ofício nº 02/2012, à Secretaria de Agropecuária e Abastecimento, solicitando indicação de um representante na condição de conselheiro titular em substituição ao Sr. Felipe Holfstaeter Zanini. No item C, Relato das Comissões, Solange relata sobre a Comissão Técnica e diz que avaliaram três processos de inscrição no CMAS: da Entidade Dorcas, APM da Escola Municipal Orlando Luiz Bazei e da APM da Escola Municipal Osvaldo Cruz, sendo que já fizeram os encaminhamentos em relação às pendências e aguardam devolutiva das entidades para fechamento e parecer. Lembra que iniciou análise da Resolução 47/2010 do CMAS, que dispõe sobre o procedimento para inscrição no CMAS e havendo alguns apontamentos, destacando que em breve estarão apresentando a nova proposta ao Conselho. Em relação a Dorcas, Solange ressalta que responderam a solicitações da Comissão com urgência pois a entidade necessitava da inscrição com urgência, devido a solicitação da SEDS. A Comissão deu parecer favorável com algumas observações e ressalvas de pendências de documentos que a entidade Dorcas deveria apresentar, as quais foram informadas que estão no Plano de Providências do Monitoramento e Avaliação realizado pela Secretaria de Assistência Social, que acompanhará a efetivação e informará posteriormente o CMAS. Sendo encaminhado o processo para Comissão de Fiscalização dar andamento ao processo. A conselheira Maria Inês menciona que houve um processo de transição e adequação para as Entidades se adequarem para obtenção da inscrição, ao que Solange diz que sim. A conselheira Rosiany Favareto observa que tem muitas entidades que não estão observando a documentação necessária constante na Resolução 47/2010. Solange diz que estão prevendo uma capacitação para a Rede quanto ao preenchimento dos documentos (Plano de Ação e Relatório Descritivo), principalmente as APM's, que estão mais distantes do Conselho. Na sequência, a conselheira Ruth Lemes relata sobre a Comissão de Fiscalização e diz que realizaram a fiscalização nas três

unidades da Dorcas, mencionando as dificuldades pelo fato que veio com urgência e, por isto não conseguiram elaborar o Parecer para entregar ao Conselho. No entanto, estarão passando as questões observadas na fiscalização. Ruth lembra que houve uma conversa entre as Comissões Técnica e de Fiscalização sobre os Recursos do FIA e a aplicação deste pelas entidades na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial, e destaca que o parecer será encaminhado ao Departamento de Gestão da Secretaria de Assistência Social. Em seguida, passa a relatar as questões observadas em relação ao planejamento pedagógico, estrutura física, recursos humanos na unidade da Vila Pioneiro. Na unidade do Jardim Coopagro, observa que tem alguns problemas na estrutura física da entidade e de organização do almoxarifado. Em relação à fiscalização da Vigilância Sanitária e dos Bombeiros, orienta que as certificações das Unidades e da Casa Lar devam ser emitidas separadamente. Em relação a Casa Lar, observaram as condições de estrutura física da Casa, questão de banheiros, cama e principalmente a presença de berços no quarto do casal social. A conselheira Roseli Gass diz que na última fiscalização estas questões já tinham sido identificadas, destacando que os bebês e crianças não podem dormir no quarto do casal social, ressaltando ainda que a estrutura de uma casa lar deve ser, no mínimo, melhor do que a da casa em que a criança foi retirada. O conselheiro e Presidente da Dorcas, Pastor Nelson Kissler, lembra que esta Casa Lar foi projetada pela Prefeitura. Rejane Neumann, coordenadora da unidade da Vila Pioneiro, fala que a deliberação de 2011 do CEDCA, não permitia melhorias que ampliassem a área física e destaca que estão aguardando o recurso do projeto aprovado do Crescer em Família, o qual vai possibilitar a melhoria na estrutura física da Casa Lar através de pintura e pequenos reparos e a aquisição de diversos equipamentos. Ruth observa em relação à falta de atividades de integração para as crianças na Casa. Rejane lembra que as crianças têm atividades dentro e fora da Casa. Fernanda Pape questiona o porque da dificuldade de manutenção na Casa, como conserto de teto, divisória de banheiro, entres outros? Pastor Nelson diz que foi solicitado, no entanto, ainda não havia visto que não estava consertado. Rosiany questiona se as doze vagas da Casa Lar oferecem as condições necessárias para o acolhimento, ao que Rejane diz que os berços no quarto do casal é por uma questão de zelo com os bebês recém-chegados a Casa além da situação de atendimento acima da capacidade proposta e que isso será revisto. Roseli Gass coloca sua preocupação, pois a partir das dezessete horas a mãe social fica sozinha com as onze crianças, havendo a necessidade de mais uma pessoa para dar apoio, pois é necessário o tempo de lazer entre a mãe social e as crianças. Pastor Nelson relata a situação financeira para pagamento de uma pessoa neste horário. Ruth observa que em relação aos recursos do FIA municipal, oriundo da campanha do imposto de renda, a Casa Lar recebe um valor percapita cinco vezes maior que o número de atendidos, devido ao serviço ser de Proteção Social Especial de 24 (vinte quatro) horas, portanto, este recurso deve ser de uso exclusivo para a Casa Lar. Pastor Nelson justifica que o recurso foi utilizado para construção do campo sintético e compra de um carro. A conselheira Solange questiona se a grama sintética é prioridade diante de todas as demandas, ao que o Pastor Nelson responde que será bom para as crianças terem um espaço para brincar. Rejane relata que o recurso do Imposto de Renda é um recurso livre para as entidades utilizarem para contemplarem as necessidades gerais, que é deliberado pelo CMDCA não havendo uma restrição quanto a sua utilização, o que acabou sendo usado para as três unidades, assim como em outros anos utilizou-se de recurso do Gestão da Coopagro para atender a algumas demandas da Unidade e da Casa Lar, por esta não receber o recurso do Programa Gestão. Fernanda diz que se for para utilizar desta forma, não há a necessidade de fazer a diferenciação na partilha do recurso do Imposto de Renda, com diferença de valor de percapita para a PSB e PSE. Rejane lembra que em junho de 2012 a Entidade encaminhou uma carta para a Gestão informando que nos últimos 03 (três) anos estão atendendo acima da capacidade de atendimentos e que devido a isso os recursos públicos não estão sendo suficientes para suprir as necessidades da Casa Lar. Destaca que a demanda excedente precarizou o atendimento, na organização dos espaços e na previsão de despesas, refletindo-se em algumas das questões levantadas pela comissão e que serão sanadas brevemente. Lenir questiona se proteção especial não é de responsabilidade do Poder Público, ao que Fernanda diz que se a sociedade civil assume o serviço ela tem que dar a sua contrapartida, se não o poder público assume integralmente. Pastor Nelson coloca que desde 2010 não recebe aumento do percapita para a Casa Lar. A presidente coloca que houve uma reunião da Entidade com a Secretária de Assistência Social em que discutiram essa questão. Ao que a diretora do Departamento de PSE, Marília Borges, coloca que a entidade apresentou as dificuldades em manter o Serviço da Casa Lar, ao que a Prefeitura se colocou a disposição para assumir o Serviço diante da impossibilidade de haver aumento do percapita, sendo que a entidade colocou que continuaria ofertando o Serviço, ficando acertado que não atenderiam acima da capacidade de atendimento, ficando sob responsabilidade dos abrigos governamentais por assumir toda a demanda de acolhimento de crianças e adolescentes para além da capacidade. Fernanda menciona sobre o percentual de acolhimento no Município, que é menos de 0,02% da população entre 0 e 18 anos, conforme Censo 2010, que nenhuma criança e adolescente deveria ser acolhida, mas que diante da

realidade o município tem que ter estrutura para atender. Fernanda lembra ainda que o Conselho tem poder de deliberar pela implantação de mais uma unidade de acolhimento institucional, ressalta que o CMDCA e o CMAS devem constituir uma comissão para discutir e fundamentar em documentos para deliberar pela implantação de mais um equipamento para este serviço. O conselheiro Antonio Marcos coloca e aponta algumas questões em relação a estrutura da cozinha e da dispensa, que precisam ser melhoradas. A Comissão de Fiscalização fará um encaminhamento sobre as questões observadas para que o Departamento de Gestão faça o Plano de Providências para as três unidades da Entidade Dorcas. Ruth relata que a Comissão é favorável a inscrição com o registro das pendências a serem providenciadas, as quais serão acompanhadas pelo Departamento de Gestão da Secretaria de Assistência Social. A presidente Maria de Lurdes coloca para votação, sendo aprovada por todos. No item D da pauta, em relação a recomposição de membros nas Comissões Técnica e Fiscalização, Maria de Lurdes solicita que se faça um levantamento dos conselheiros que não estão em nenhuma Comissão para que estes preencham as vagas das referidas Comissões. No item E da pauta, Solange comenta que terminaram as visitas do monitoramento e lembra que em 2009 o Município recebeu um Plano de Providências do Estado, entre o qual deveria construir um Plano de Monitoramento e Avaliação dentro dos parâmetros/diretrizes estabelecidos pelo SUAS. Solange inicia falando sobre a Política de Assistência à partir da Constituição Federal e diz que os recursos destinados bem como as ações realizadas devem ser monitoradas e avaliadas, de forma a ofertar subsídios para os espaços de controle social como Conselhos de Assistência Social e para o Órgão Gestor da Política de Assistência Social, mostrando ainda no Artigo 15 da LOAS, inciso VII, onde consta como uma das competências do município, realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social em seu âmbito. Solange explica o porquê do monitoramento e avaliação e diz que, com isso possibilita mensurar a eficiência e a eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social, a transparência, o acompanhamento e a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a implementação da Política pelas três esferas de governo. Em seguida, apresenta a regulamentação, sendo a LOAS além das Resoluções 36 e 43/2010 do CMAS, que aprova o Plano de Informação, Monitoramento e Avaliação dos Serviços Socioassistenciais do Município de Toledo-PR e sua alteração, respectivamente, mostrando ainda que o monitoramento e avaliação é um dos eixos estruturantes da Gestão e ferramenta essencial a serem utilizadas para a consolidação da PNAS e do SUAS. Solange fala em relação a metodologia que foi utilizada e lembra que ela e Fernanda, juntamente com os diretores da proteção social básica e da proteção social especial, são quem compõem a equipe de monitoramento e destaca que existe a necessidade de instituir uma equipe específica de Monitoramento e Avaliação no Município. No procedimento metodológico, foram criados instrumentais para o monitoramento, destaca que foram gerados 31 (trinta e um) relatórios de Monitoramento e 31 (trinta e um) Planos de Providências e o Relatório Final. Relatou ainda todo o processo para execução do Plano, como: Elaboração do Plano Municipal de Informação, Monitoramento e Avaliação; aprovação do Plano no CMAS; Estruturação do calendário das visitas aos equipamentos sociais, com sorteio dos conselheiros do CMAS que iriam participar das visitas; Capacitação para o Monitoramento; Roteiros das visitas; Visitas aos Equipamentos executores dos Serviços Socioassistenciais; Relatórios de Monitoramento e Avaliação e Planos de Providências; Capacitação à Rede com 3 (três) módulos, para subsidiar a construção de documentos solicitados nos Planos de Providência; Parceria com a UNIPAR na construção dos Planos de Segurança Alimentar para os Serviços de Alta Complexidade; Relato de experiência da Entidade Casa de Maria que já possuía o Plano de Segurança Alimentar; Prorrogação de prazos dos Planos de Providência; Orientação à Rede sobre o Plano de Providência e Tabulação das Avaliações dos Equipamentos. Na sequência, Fernanda Pape passa a apresentar a Tabulação do Plano de Monitoramento, contendo as avaliações da rede governamental e não governamental, destacando os pontos positivos e os pontos a serem melhorados, sendo: diz que o tempo de visita foi suficiente, bem aproveitado e com objetividade, houve possibilidade de cada equipamento relatar as dificuldades e necessidades; em relação ao atendimento da equipe, as mesmas estão bem informadas e prestativas suas informações formam dadas com clareza facilitando esclarecimentos sobre os Serviços; o atendimento individual para cada equipamento foi importante, considerando as particularidades de cada Serviço, houve apontamento de questões a serem superadas ou melhoradas; vê-se a necessidade de ter um profissional de serviço social na equipe de Monitoramento devido ao conhecimento da Política de Assistência Social, e em relação a postura dos profissionais da equipe há muito respeito no processo do monitoramento; em relação ao monitoramento este favoreceu para melhor compreensão, organização e novas possibilidades nos Serviços ofertados, além de favorecer a troca de experiências. Em relação aos aspectos que podem ser melhorados, faz-se necessário conhecer todos os espaços utilizados nos equipamentos para a execução da Política de Assistência Social; observar com mais calma todos os aspectos envolvidos, em alguns pontos do relatório não correspondem integralmente a realidade do Equipamento e há a necessidade de esclarecimento no preenchimento de formulários; precisa envolver toda equipe de trabalho no momento do

monitoramento; demora na devolutiva do relatório de avaliação e do Plano de Providências para o equipamento, o tempo é insuficiente, dada à complexidade da atividade de monitoramento; é necessário ter uma equipe maior para agilizar as visitas e aumentar a frequência das avaliações, enfocando por vezes as exigências da SMAS. Continuando, Fernanda apresenta os pontos positivos em relação ao Relatório e Planos gerados, pela equipe que realizou o monitoramento e a avaliação, pois possibilitou visualizar de forma sistematizada e detalhada os Serviços. Quanto aos aspectos a serem melhorados ou reformulados pela rede, proposição de metas nos Serviços ofertados pelos equipamentos/ entidades da rede socioassistencial; reforça algumas solicitações já observadas e feitas pela equipe de trabalho, norteadas como serem alcançadas; a estrutura do Relatório com tópicos separados possibilitou clareza no andamento e entendimento das atividades e esclarecimento de dúvidas; apresenta a visão de outros técnicos sobre o trabalho realizado; permitiu rever aspectos faltantes para que sejam melhorados e aspectos positivos, os quais devem ser mantidos e que serve como um incentivo para toda equipe. Na sequência, passa a apresentar os aspectos que podem ser melhorados em relação ao Relatório e Plano de Providências: maior agilidade na devolutiva dos Planos; maior tempo disponível por parte do equipamento para as providências necessárias contidas no Plano de Providência; informar melhor quanto a orientação de carga horária da equipe, no que se refere aquilo que se espera da Rede; suporte técnico da equipe do Monitoramento para elaboração do Plano de Providência exigido; os Relatórios podem ser mais compactos, pois ficaram redundantes em alguns momentos; as indicações de leitura podem ser feitas de forma separada ou no momento da entrega do Relatório. Em relação a sugestões ao Relatório e Plano de Providência foi apresentado que é necessário ofertar capacitação a Rede, antes de realizar o Monitoramento e Avaliação; que a Equipe de Monitoramento se faça presente nos Equipamentos com mais frequência; ofertar mais capacitação a Rede, principalmente aos Equipamentos que ofertam mais de uma política; maior agilidade na entrega do Relatório e Plano para auxiliar no Planejamento das atividades da Rede; discutir com cada equipe no que diz respeito ao tempo necessário para o cumprimento do Plano de Providências, considerando as particularidades de cada um. Fernanda passa a apresentar as expectativas quanto ao Monitoramento e Avaliação: houve a possibilidade de esclarecimento das dúvidas com a equipe do Departamento de Gestão, com vistas à adequação às normas vigentes; adequação de estrutura física, de recursos humanos e procedimentos metodológicos; os Equipamentos consigam se adequar às diretrizes vigentes da Política de Assistência Social; a partir do Monitoramento e Avaliação os Equipamentos tenham efetivadas as condições mínimas para o cumprimento integral do Plano de Providências, principalmente no que diz respeito aos Recursos Humanos e a estrutura do equipamento, houve um melhor entendimento sobre a Política de Assistência Social; maior aproximação com os usuários, famílias e cuidadores; fortalecimento da função protetiva das famílias; financiamento para a manutenção dos Serviços; aprimoramento e maior qualidade dos serviços prestados à população; necessidade que haja continuidade no processo de Monitoramento, enquanto um momento de reflexão e avaliação do Serviço, garantindo que os profissionais de cada setor possam expor suas dificuldades, dúvidas, e junto à equipe do monitoramento buscar o mesmo objetivo; dar continuidade a fim de contribuir na construção da Identidade da Rede de Assistência Social em Toledo. Fernanda passa a apresentar a avaliação da Equipe de Monitoramento e Avaliação da SMAS e inicia mostrando os aspectos positivos: os Diretores puderam perceber os Serviços através das visitas in loco e estabelecer contatos com a rede e os diversos profissionais que atuam na Política de Assistência Social; os Diretores tiveram a oportunidade de maior aproximação e entender sobre os Recursos Públicos utilizados pela Rede Socioassistencial; houve uma maior aproximação da SMAS junto aos Equipamentos que ofertam Serviços Socioassistenciais; a Equipe de Monitoramento e Avaliação teve uma acolhida receptiva pelos trabalhadores dos Equipamentos monitorados. Fernanda passa a apresentar os aspectos a serem melhorados sobre o Plano de Monitoramento e Avaliação: Equipe específica para Vigilância Socioassistencial e Monitoramento e Avaliação; necessidade de agendamento de horários com Equipamentos ou Serviços para a Equipe de Monitoramento da SMAS para esclarecimento de dúvidas em momentos anteriores e posteriores ao Monitoramento e Avaliação; preparo e preenchimento dos itens dos instrumentais utilizados no monitoramento por todos os Equipamentos, com antecedência; participação de todos os profissionais que realizam o Serviço no momento do monitoramento; agilidade na devolutiva dos Relatórios e Planos. E por último apresenta as sugestões elencadas: sugerem que o Monitoramento in loco nos CRAS, CREAS e instituições de acolhimento sejam realizados em dois períodos: manhã e tarde de um mesmo dia; que haja uma Avaliação de Processo durante as visitas do monitoramento pela própria equipe de monitoramento juntamente com o Gestor da Política de Assistência Social; que a avaliação com visita in loco seja realizada a cada dois anos, e o monitoramento das ações solicitadas no Relatório, bem como avaliação dos Serviços através dos dados enviados mensalmente à SMAS seja constante, podendo haver visitas de monitoramento no período entre os dois anos previstos, visando a avaliação de processo, ou seja, de somente um ou mais aspectos do Serviço, e nos Equipamentos em que houver necessidade. E como necessidade, a

equipe de monitoramento sugere a revisão e atualização do Plano Municipal de Informação, Monitoramento e Avaliação dos Serviços Socioassistenciais e ainda, conforme já identificado anteriormente, a necessidade de constituição de uma equipe específica para vigilância socioassistencial e monitoramento e avaliação. Fernanda lembra que o sistema de informática é uma necessidade, lembrando que tiveram uma reunião nesta semana e que até setembro o sistema deverá estar implantando nos CRAS. Maria de Lurdes destaca que este Plano foi um grande avanço e que este Relatório deu visibilidade e mostrou a necessidade de uma equipe e agradeceu o excelente trabalho executado pelas técnicas do Departamento de Gestão, Solange e Fernanda. Roseli Gass parabeniza as técnicas e diz que o monitoramento não foi uma fiscalização e sim um momento de dar visibilidade à Política de Assistência Social dentro das Entidades, sendo este o ponto mais positivo, e lembra ainda que o monitoramento aumentou o trabalho, no entanto, é necessário. Maria Inês diz que foi um avanço incrível, por ser prerrogativa do SUAS e questiona se com o monitoramento foi possível visualizar como está a Política de Assistência Social no município? Ao que Solange responde que sim, pois em muitos locais os serviços de convivência são entendidos como contraturno de reforço escolar. Na articulação da Rede com o CRAS é preciso avançar, colocou a questão de Recursos Humanos e de estrutura física. Fernanda menciona também a questão do acompanhamento às famílias pelos CRAS, sendo necessário diferenciar o que é atendimento do que é acompanhamento, em relação ao acolhimento para idosos, ainda existe a lógica Asilar, menciona outras questões em relação a outros serviços e diz que estarão encaminhando todas as questões para os conselheiros num quadro de Avaliação da Rede Governamental e Não-Governamental. Fernanda desta que um ponto muito positivo é que ficou evidenciado que os trabalhadores da área trabalham e muito. Rejane destaca a importância tanto da condição de ser monitorado como de participar do monitoramento e ressalta a necessidade de se discutir a tipificação dos serviços para que todos falem a mesma língua e que haja comunicação entre os serviços e em relação às demandas. Solange diz que estão pensando a metodologia do Monitoramento e Avaliação focando gradativamente em determinadas situações que precisam ser aprimoradas na estrutura da Política de Assistência Social. Em relação ao item F, ficou para a próxima reunião, por não haver mais tempo para a apresentação do relatório dos serviços do PETI. No item G, dos informes gerais, Solange informa que a Capacitação sobre o Mapeamento será realizada no dia 10 (dez) de Agosto na Secretaria de Assistência Social, lembrando já foi enviado no e-mail dos conselheiros e, em seguida fala sobre a nova ferramenta – IVF (Índice de Vulnerabilidade Familiar) no site do MDS na Rede SUAS, para visualização dos índices do Município. A presidente Maria de Lurdes agradece a presença de todos na reunião e encerra às 11h 20min. Nada mais havendo a tratar, eu, Tania R. S. Midding, encerro a presente ata, a qual será assinada por mim e pelos demais presentes.